



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO, sob demanda, de **MATERIAL MÉDICO**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia da Saúde da Família, CAPS AD, Vigilância em Saúde e Programa IST/AIDS/HV, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã;

Subsecretaria de Atenção Básica;

Programa Melhor em Casa;

Estratégia da Saúde da Família;

CAPS AD;

Vigilância em Saúde;

Programa IST/AIDS/HV;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/21;

1.5. Prazo: 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL MÉDICO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:



ITEM	CATMA T	ESPECIFICAÇÃO	U/C	MARCA	QTDE
COTA EXCLUSIVA					
1	474765	Colar Cervical Pediátrico – feito de polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, permitindo uma maior resistência e apoio. É revestido com espuma macia tipo EVA (Etil Vinil Acetato) especial. Fechado com velcro de 50mm. Padrão de cores universal, para identificação do tamanho. Na parte posterior (nuca), possui abertura que permite a palpação e ventilação da nuca. Na parte da frente, possui abertura que permite a palpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. Circunferência 34 ou 46 Cm / Altura de 4 Cm Base fixada na prancha 40x25cm. Laterais fixada na base 25x16x0,9cm. Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável. (Não serve de espuma)	Unid		17
2	457358	Colar Cervical Tam. M – feito de polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, permitindo uma maior resistência e apoio. É revestido com espuma macia tipo EVA (Etil Vinil Acetato) especial. Fechado com velcro de 50mm. Padrão de cores universal, para identificação do tamanho. Na parte posterior (nuca), possui abertura que permite a palpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. Circunferência 40 ou 56cm / altura 12cm. Orifício para verificar sangramento, 80mm. Lavável. (Não serve de espuma)	Unid		29
3	457359	Colar Cervical Tam. P – feito de polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, permitindo uma maior resistência e apoio. É revestido com espuma macia tipo EVA (Etil Vinil Acetato) especial. Fechado com velcro de 50mm. Padrão de cores universal, para identificação do tamanho. Na parte posterior (nuca), possui abertura que permite a palpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. Circunferência 40 ou 56cm / altura 10,5 cm Orifício para verificar sangramento, 80mm. Lavável. (Não serve de espuma)	Unid		17



4	457357	Colar Cervical Tam: G – feito de polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, permitindo uma maior resistência e apoio. É revestido com espuma macia tipo EVA (Etil Vinil Acetato) especial. Fechado com velcro de 50mm. Padrão de cores universal, para identificação do tamanho. Na parte posterior (nuca), possui abertura que permite a palpação do pulso carotídeo e acesso à traquéia. Circunferência 40 ou 56 Cm Alt: 13,5 cm Orifício para verificar sangramento, 80mm. Lavável. (Não serve de espuma)	Unid		17
5	406675	Curativo não aderente com Petrolato 7 a 8cm x 20cm (no mínimo) – estéril – uso único	Unid		1.800
6	466809	PERA PARA ELETROCARDIÓGRAFO	Unid		36
7	324725	Conjunto Drenagem Tórax Componentes: Frasco Pvc Rígido Transparente, Tampa Rosca C/3vias Aplicação: Conector Dreno-Tubo Volume: 500 ML Graduação: Bureta 100ml Graduada De 10 Em 10 Características Adicionais: Tubo Extensor Pvc C/ Pinça Clamp Adicionais: Suporte Fixação No Leito Uso: Estéril, Descartável	Unidade		360
8	369313	Conjunto Drenagem Tórax Componentes: Frasco Pvc Rígido Transparente, Tampa Rosca C/3vias Aplicação: Conector Dreno-Tubo Volume: 1.000 ML Graduação: Bureta 100ml Graduada De 50 Em 50ml Características Adicionais: Tubo Extensor Silicone, Pinça Clamp 1,20m Uso: Estéril, Descartável	Unidade		346
9	423239	Conjunto Drenagem Tórax Componentes: Sistema Fechado Dupla Câmara Aplicação: Pleural E Mediastinal Volume: 2300 ML Graduação: Graduação De 50 Em 50ml Características Adicionais: Vácuo, Controle Sucção À Seco Adicionais: 2 Tubos Em Pvc, Mola Antidobra Acessórios: Desconexão Rápida, Gancho P/ Fixação Uso: Estéril, Descartável	Unidade		252



10	438390	Frasco Coletor Tipo: P/ Vias Aéreas Material: Plástico Transparente Capacidade: Cerca De 500 ML Tipo Tampa: Tampa rosqueável Componentes: 2 Vias Outros Componentes: C/ Conector, Corta-Fluxo Componentes Adicionais: Alça Graduação: Graduado Tipo Uso: Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade		792
COTA PRINCIPAL					
11	412835	Lençol descartável, material: tnt, gramatura: 30 g,m2, largura: 1,40 m, comprimento: 2,20 m, apresentação: elástico em toda a volta, tipo embalagem: embalagem individual PCT c/10 unidades	Pct		3875
13	438973	Frasco Coletor Tipo: P/ Vias Aéreas Material: Plástico Transparente Capacidade: Cerca De 3500 ML Tipo Tampa: Tampa rosqueável Componentes: 2 Vias Outros Componentes: C/ Conector, Corta-Fluxo Componentes Adicionais: Alça Graduação Tipo Uso: Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade		1800
COTA RESERVADA					



12	412835	Lençol descartável, material: tnt, gramatura: 30 g,m2, largura: 1,40 m, comprimento: 2,20 m, apresentação: elástico em toda a volta, tipo embalagem: embalagem individual PCT c/10 unidades	Pct		1626
14	438973	Frasco Coletor Tipo: P/ Vias Aéreas Material: Plástico Transparente Capacidade: Cerca De 3500 ML Tipo Tampa: Tampa rosqueável Componentes: 2 Vias Outros Componentes: C/ Conector, Corta-Fluxo Componentes Adicionais: Alça Graduação Tipo Uso: Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade		600

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 32.102/2023.

2.4. O fornecimento do objeto é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente utilizado de forma frequente dentro das Unidades de Saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Material Médico, para suprir as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia da Saúde da Família, CAPS AD, Vigilância em Saúde e Programa IST/AIDS/HV, pelo período de 1 (um) ano;

3.3. A presente aquisição, visa suprir a necessidade das unidades de saúde, visto que os itens solicitados restaram Frustrados no processo administrativo sob nº 24215/2022, Pregão Eletrônico nº 061/2023, conforme Termo de Adjudicação e Homologação de Licitação, acostado às fls. 21/25;

3.4. Para o Hospital Municipal Raul Sertã, a unidade de saúde acrescentou os itens 08, 09, 09, 10 11 e 12, justificando-se que os itens são de extrema necessidade para o



tratamento dos pacientes no hospital, já padronizados, mas que por algum equívoco, não foram contemplados no processo sob nº 24215/2022, portanto a solução foi incluí-los neste presente. Conforme planilha de consumo acostada às fl. 06, no período determinado e somente nele, porque este material não foi recebido após este período, devido ao aumento na demanda para esses itens, foi acrescido uma margem de 20% na quantidade para suprir o próximo ano;

3.5. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

3.6. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo do objeto solicitado, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades requisitantes, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. AQUISIÇÃO, sob demanda, de **MATERIAL MÉDICO**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia da Saúde da Família, CAPS AD, Vigilância em Saúde e Programa IST/AIDS/HV, pelo período de 1 (um) ano;

4.2. A presente aquisição, visa suprir a necessidade das unidades de saúde, visto que os itens solicitados restaram Frustrados no processo administrativo sob nº 24215/2022, Pregão Eletrônico nº 061/2023, conforme Termo de Adjudicação e Homologação de Licitação, acostado às fls. 21/25;

4.3. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. O objeto do presente, visa atribuir maior conforto e segurança aos pacientes das Unidades de Saúde;

4.4. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade para a administração.



5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

5.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

5.3. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante;

5.4. Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

5.5. Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

5.6. Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;

5.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

5.8. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

5.9. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

5.10. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

5.11. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.11.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos



sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

5.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, sob demanda, conforme conveniência e necessidade das unidades requisitantes;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação da unidade requisitante:

6.2.1. ALMOXARIFADO CENTRAL – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo/RJ. CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda a quinta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Angela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Bianca Cortela Dutra	062.432	Fiscal Titular
Cristina B. Gomes	209-212	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Hanna de Paula Delatorre Costa	063.414	Gestora Substituta



7.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.



8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

8.2. Para exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro



Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.2.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.2.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.2.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.2.3.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.2.4 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.2.5 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudici-



al, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.2.6 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.2.3. Qualificação Técnica

8.2.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.3.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.2.3.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.2.3.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.5 - Cópia da Autorização de Funcionamento (AFE), ou publicada do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.

8.2.6 - Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa, quando aplicável.



9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade:

9.2.1.1. Hospital Municipal Raul Sertã

9.2.1.2. Subsecretaria de Atenção Básica

9.2.1.3. Programa Melhor em Casa

9.2.1.4. Estratégia da Saúde da Família

9.2.1.5. CAPS AD

9.2.1.6. Vigilância em Saúde

9.2.1.7. Programa IST/AIDS/HV;

9.2.2. Fonte de Recursos: 1600;

9.2.3. Programa de Trabalho:

9.2.3.1. 30001.10.302.0085.2.202

9.2.3.2. 30001.10.301.0083.2.193

9.2.3.3. 30001.10.301.0083.2.199

9.2.3.4. 30001.10.301.0083.2.194

9.2.3.5. 30001.10.302.0083.2.198

9.2.3.6. 30001.10.305.0086.2.208

9.2.3.7. 30001.10.305.0086.2.213;



9.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.08;

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;**

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

11.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



12.1. Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

12.2. Comete infração administrativa:

12.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

12.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

12.4.1. Advertência;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 32.102/2023

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

12.4.2. Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

12.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;

12.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21;

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

13.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

GABRIEL COSTA WENDERROSCHY
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 063.454